

1677
A FÁBRICA
D'EL-REI

Título 1677 – *A Fábrica d’El-Rei – Histórias da primeira cidade europeia onde os (cripto)judeus teceram uma grande indústria*

Autor Jorge Patrão

Revisão Ruben Crasto

Capa Sylvie Lopes

Imagem da capa: Anónimo, *Intérieur d’un atelier de teinture, aux Gobelins, vers 1760* – Musée Carnavalet. Creative Commons CC0 1.0

Design e paginação José Teixeira

1.^a Edição, dezembro de 2023

Impresso pela ACD Print

© Jorge Patrão, 2023

Este livro teve o apoio à edição da Cidades e as Gentes, Lda.

Procurou-se creditar devidamente todos os materiais com *copyright*.

Se foi involuntariamente utilizado qualquer material com *copyright*, agradecemos que nos informe, para que se possa fazer a devida atribuição.

ISBN 978-989-33-5230-4

Depósito Legal n.º 521210/23

Jorge Patrão

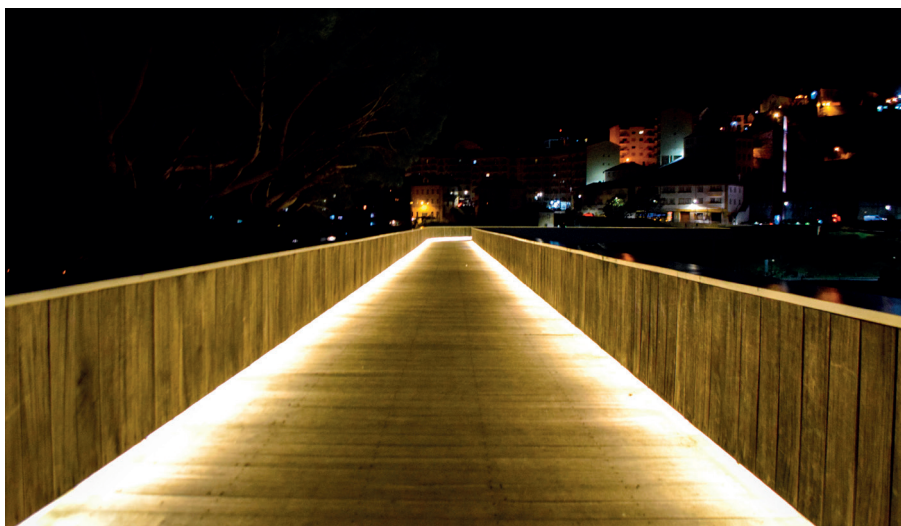
1677 A FÁBRICA D'EL-REI



O trabalho da lã no mural do artista português Regg Salgado, *Fio Condutor*, Covilhã, Portas do Sol, 2017 (fotografia de Rodrigo Monteiro Marques).

Histórias da primeira cidade
europeia onde os (cripto)judeus
teceram uma grande indústria

**Como os cristãos-novos portugueses
lançaram os lanifícios no período
mais negro da Inquisição**

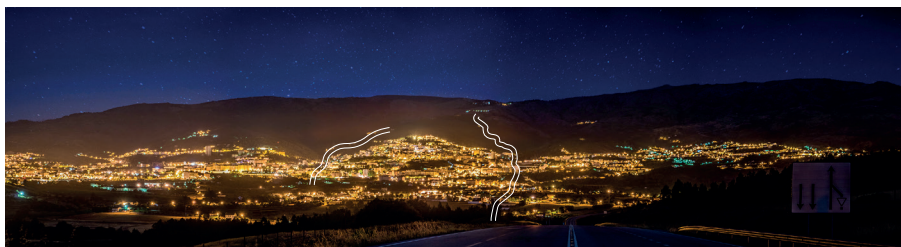


A ponte da ribeira da Carpinteira (fotografia de Rodrigo Monteiro Marques).

*Dedicado à minha filha, Beatriz de Luna,
para que saiba valorizar a história e a tolerância no nosso país.*

*Também à memória do meu irmão Luís,
que honrou a terra onde nasceu.*

Prólogo



Covilhã, ribeiras da Goldra (à esquerda) e da Carpinteira.

Portugal foi o primeiro país da Europa a assistir ao lançamento de uma protoindústria assente na acção de judeus/cristãos-novos e descendentes das antigas comunidades judaicas. Aconteceu no século XVII. O apelo da História cumpre, neste caso, uma das suas teorias: pessoas, enredo e acção.

Surpreendentemente, uma então vila, a Covilhã, que integrara há séculos uma influente e numerosa comunidade sefardita (chegou a atingir pelo menos quarenta por cento da população), lançou em 1677, na ribeira da Carpinteira, através de uma aliança entre o governo do reino, dois empresários cristãos-novos e um militar cristão-velho, a primeira manufactura real têxtil portuguesa: a Fábrica d'El-Rei ou Fábrica Nacional de Sarjas e Baetas.

Na ribeira da Goldra, também na Covilhã, bem mais de um século antes, os antigos judeus, e depois cristãos-novos/criptojudéus, haviam já fundado várias oficinas artesanais para o fabrico de panos. Em 1677 chegava, no entanto, um momento novo.

Nestas páginas são desvendados os nomes de muitos desses actores, as suas actividades profissionais e investimentos, dezenas de processos inquisitoriais em que são acusados e as ligações familiares que, a partir de Portugal, promoveram no mundo a famosa «Gente de Nação».

A Covilhã foi, assim, a primeira cidade europeia a ver judeus/cristãos-novos lançarem uma sustentada, duradoura e estratégica indústria nacional, no caso, os têxteis de lanifícios. Sintomaticamente, esta realidade, que teve início no século XVII, aconteceu precisamente em alguns dos momentos de maior força persecutória da Inquisição e mostra a dualidade com que o

governo do reino agia; apesar de não interferir na acção do Santo Ofício, contratava oficialmente com os perseguidos, aqueles que sabia poderem vir a ser um dos motores da modernização da economia nacional. E foram-no, de facto.

A partir de 1677, e nos mais de dois séculos seguintes, dezenas de investidores, fabricantes, criadores, tintureiros e mercadores – cristãos-novos na sua imensa maioria –, edificaram uma cidade diferente, repleta de grandes construções produtivas, e mostraram como o país poderia vir a sair do marasmo económico. Foram famílias inteiras e seus descendentes, herdeiros sempre renovados, novos burgueses cosmopolitas, cada vez mais activos, que consecutivamente passaram a ser contratados ou agraciados pelo reino. Descrevemos a história sucinta de quarenta dessas famílias que foram a base de um grande desenvolvimento empresarial e urbano.

Se imaginarmos esses edifícios graníticos individualmente, pela sua respectiva história e vivência, conheceremos a originalidade de um empreendedor, por vezes muito curiosa; se depois os pensarmos globalmente, obteremos um conjunto com algo de fantástico e único. É aqui que a Covilhã se diferencia das outras cidades industriais europeias.

Apesar das fragilidades e obstáculos, Portugal não voltaria a ser o mesmo, e na urbe do presente mais de 150 edifícios de granito exibem um museu vivo da história industrial portuguesa, que começou com a Manufatura da Fábrica d’El-Rei e se prolongou pelos séculos até aos nossos dias. O legado destes protagonistas deixou igualmente mais de uma centena de casas burguesas, que muitas vezes ostentavam, pela dimensão, arquitectura ou arte, uma afirmação de poder económico e social.

Esta publicação pretende ser uma janela para o passado, fazendo sair definitivamente da sombra as personagens principais que fizeram por contribuir para a mudança da economia produtiva nacional. São os criadores que fizeram nascer um novo momento da história da Europa, do país e da cidade. Pretende igualmente fazer luz sobre a capacidade de uma elite portuguesa esclarecida em fomentar laços económico-sociais, que se afirmaram no primeiro mundo globalizado.

«As primeiras manufacturas estabeleceram desde logo as bases para a criação das fábricas modernas.»¹

«Era este um dos capítulos que só por si encheria este livro, se eu descrevesse a historia completa dos lanifícios da Covilhan. Poucas nações conservam na historia da tecelagem de lã factos tão notaveis,

1. Ducassé, Pierre, *História das Técnicas*, 1949.

como os que são tradicionaes n'esta cidade. Os lanifícios podem-se considerar como a decana das industrias portuguezas, pois que datam de tempos immemoriaes, sendo coevos dos primeiros tempos da monarchia e talvez mesmo anteriores. (...) Já no século XIV, se falla de pannos de lã, nos documentos.»²

Ao longo da vida, tive três noções diferentes sobre a história dos lanifícios e seus edifícios. Em criança, quando passeava nas duas ribeiras, o mais antigo património industrial parecia-me apenas velho, decadente e sem mais. Depois, quando a Universidade da Beira Interior iniciou a reabilitação dos principais edifícios, dei-me conta da importância histórica que os mesmos tinham tido para Portugal. Aconteceu principalmente quando fui posto perante a descoberta da imponente sala das tinturarias da Real Fábrica de Panos. Mais recentemente, durante o período em que fundei a Rede de Judiarias de Portugal, deparei-me com nova realidade: houve na Covilhã uma história muito maior, original e única na Europa. Foi por isso que entendi escrever este livro.

As provas documentais obtidas pela presente investigação abrem uma nova perspectiva do que se passou com o lançamento desta indústria têxtil.

Tínhamos o património manufactureiro da Covilhã identificado e datado, mas agora divulgamos os nomes, as famílias e os rostos de quem o construiu, facto assegurado por um aprofundado estudo genealógico assente no relato de dezenas de processos inquisitoriais e em bases de dados diferenciadas.

Montaram-se igualmente as ligações familiares internacionais que demonstram que a preparação dos nossos primeiros «industriais» correspondeu a um nível de cosmopolitismo desconhecido, pujante e original.

Este livro apresenta também, consequentemente, uma cronologia das edificações fabris, abre a porta para a identificação dos seus autores, e a conclusão que daí resulta é indesmentível: a Covilhã foi a primeira cidade europeia a ver uma comunidade judaica sefardita, ou melhor, criptojudaica e cristã-nova, lançar toda uma indústria estratégica.

Simbolicamente, os movimentos manufactureiros e industriais apresentados foram iniciados e depois concluídos com o apoio de duas mulheres, ambas monarcas em países diferentes e integrantes da Casa Real de Bragança: D. Catarina, filha de D. João IV, rainha de Inglaterra, a qual fez enviar os primeiros técnicos estrangeiros para a Covilhã, em 1677, e D. Amélia, francesa

2. Quintella, Arthur de Moura, *Subsidios para a Monographia da Covilhan*, Covilhã, Typ. d'«O Rebate», 1899, p. 95.

de origem e última rainha de Portugal, que em 1891 visitou e louvou com D. Carlos as quatro principais fábricas da cidade.

Finalmente, um outro resultado nos fica: o de Portugal haver desperdiçado, em consequência do fanatismo religioso, a possibilidade de ter tido um muito maior desenvolvimento económico no seio da Europa do Iluminismo.



As Reais Fábricas Veiga (em primeiro e segundo plano) e do Marquês de Pombal (em terceiro plano).

Prefácio

Conspirações, intrigas, perseguições e corpos devorados pelas chamas das fogueiras do Santo Ofício. Os bastidores deste 1677 – *A Fábrica d’El-Rei*, que Jorge Patrão pesquisou com rigor e detalhe, tem todos estes ingredientes e mais alguns, numa travessia que nos leva dos primórdios desta aventura de fabricar os melhores panos do reino na Covilhã até ao presente.

Como sabem os empresários de hoje, e como à sua custa descobriram os de ontem, montar um negócio, uma estratégia inteligente que pretenda criar trabalho e riqueza, não é uma tarefa fácil. Como também é verdade que a bondade de um projeto não confere, por si só, garantia de que o conseguirão levar para a frente. Às vezes, por falhas dos próprios, que sonharam demasiado alto ou sem ter em conta a realidade, mas demasiadas outras porque a inveja, o desnorte das políticas de quem governa, a pressão dos interesses económicos de rivais e concorrentes, dentro e fora de fronteiras, têm o condão de coartar inovações, obrigando a avanços e recuos.

O relato dos tecelões-especialistas vindos de Inglaterra para a Covilhã, possivelmente por influência de D. Catarina de Bragança, foi um dos que mais me deliciou. Através dele confirma-se que as rainhas eram os principais «adidos económicos» do seu reino de origem, infiltradas ao mais alto nível para exercer influência a favor das suas famílias naturais, fintando todos os obstáculos. Neste caso, os ingleses protegiam a sua indústria de lanifícios e as novas invenções tecnológicas, vigiando como falcões os espões e os traidores que se dispunham a revelar os segredos do negócio, mas um plano bem arquitetado permitiu que um pequenino grupo chegasse às faldas da Serra da Estrela para ensinar a sua arte. O objectivo era claro, libertar Portugal da dependência da importação de têxteis, que afundava a sua balança de pagamentos, mas nem tudo correu como esperado. Jorge Patrão não se limita a contar a história, fundamenta-a com nomes, cartas e documentos, o que torna este enredo – digno de um filme de James Bond – ainda mais aliciante.

Muito mais dramática e comovente é a luta dos cristãos-novos que, apesar de conversões forçadas e perseguições constantes, continuavam a investir em Portugal e a dar-lhe uma nova oportunidade de crescer e enriquecer, graças à sua extraordinária capacidade de iniciativa, de planeamento e concretização, das suas invulgares «habilitações literárias» à rede de contactos

que lhes alargava os horizontes. Razões que cheguem para atrair sobre si a atenção dos concorrentes menos capazes, que tinham sempre a opção fácil da denúncia à Inquisição. Este livro deixa-nos perceber como, demasiadas vezes, douramos o passado, constantemente iludidos pelo mito de que somos um país de brandos costumes, onde ninguém faz mal a uma mosca. Jorge Patrão dá-nos os nomes, as idades, em resumo, o bilhete de identidade dos perseguidos, homens, claro, mas também as mulheres e os filhos que não foram poupados a prisões, interrogatórios e, até, à morte mais cruel. Ou ao exílio.

E faz bem em lembrar-nos, em obrigar-nos a olhar para aqueles registos e a perceber que eram pessoas de carne e osso cujo crime era o de rezar a um dia da semana diferente do dia santo dos cristãos; cujo crime era, tantas vezes, revelarem-se mais capazes do que o vizinho do lado. Num tempo em que a intolerância nos espreita a cada esquina, só por isso vale a pena recordar.

Mas o outro lado da moeda – deste livro, e da humanidade! – é mostrar-nos também os portugueses extraordinários que foram capazes de aguentar os graves reveses, com uma persistência admirável. E é deixar-nos ver como daquilo que parecem cinzas renasce de novo mais uma fábrica, mais uma tinturaria e, até, uma universidade!

As fotografias dos lugares são fascinantes – as pedras contextualizadas falam mesmo! Mas é preciso que alguém nos aponte a ombreira de uma porta, um arco escondido, um pátio que sobreviveu apesar da construção moderna que se fez em seu redor, um forno comunitário de pão ázimo que, durante séculos, alimentou um bairro inteiro; alguém que nos explique quem morou ali, que nos ajude a reconstituir o seu dia a dia, a ver com olhos de ver. Só espero que o levantamento que o autor do livro aqui faz leve a que estes sítios sejam recuperados e preservados, integrados em rotas e percursos atraentes para quem visita estes lugares.

Ao ler o livro senti, igualmente, uma curiosidade enorme pelas plantas de que se retiram tintas de cores nunca vistas antes, plantas desconhecidas trazidas do Oriente, do Brasil e das Américas e que se tornavam tão valiosas como o ouro e a prata. Os seus caules e folhas não teriam servido de nada se não viessem acompanhadas do saber de povos distantes, que sabiam como extrair e usar estes pigmentos mágicos, se no embrulho não viessem as técnicas que permitiam apurar a cor e o brilho dos tecidos.

Por vezes, nós, os portugueses, somos um bocadinho vaidosos, papagueando incessantemente que demos mundos ao mundo, esquecidos do que o mundo nos deu a nós. O conhecimento, seja ele qual for, nunca é pertença de uma pessoa só, de uma elite, de um reino, mas o resultado de

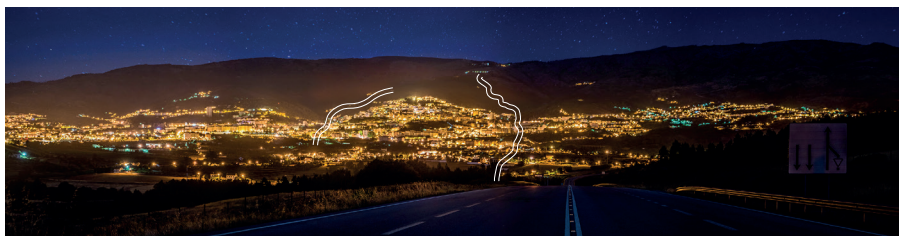
um caldo para o qual todos contribuímos com qualquer coisa, muitas vezes com uma peça do *puzzle* que só faz sentido quando o resto do desenho já está quase, quase completo.

Este livro é também uma dessas peças.

Pela minha parte, nunca mais vou olhar para um tecido da mesma maneira.

Isabel Stilwell
Sintra, Março de 2023

Introdução



Do alto da Serra da Estrela descem duas ribeiras que atravessam a cidade da Covilhã. Separadas por cerca de 1 km, ambas puderam assistir ao aparecimento da primeira verdadeira região industrial portuguesa. Do lado poente, a Goldra, a mais central na cidade e também a mais conhecida, por aí ter sido criada a mítica Real Fábrica de Panos do Marquês de Pombal (1764). Desde o século xvi que existiam nesta ribeira várias oficinas artesanais ligadas ao complexo e exigente trabalho da confecção de tecidos de lã, e por essa razão teve o nome original de ribeira dos Pisões.

Do lado nascente da cidade, e um pouco mais longe do centro, a ribeira da Carpinteira, que assistiu no século seguinte (xvii) ao desenvolvimento vertiginoso de outras oficinas, mais pisões e tinturarias, e que paradoxalmente foi a primeira a ver fundar uma ainda pouco conhecida Fábrica Real: a Fábrica d'El-Rei, em 1677, na regência de D. Pedro II.

A Goldra desenha um percurso urbano com cerca de 1,5 km de comprimento, marginado por oficinas que tiveram origem há mais de quinhentos anos e por antigas tinturarias e manufacturas. Entre estas estão três fábricas reais, todas da segunda metade do século xviii: a já citada Real Fábrica de Panos (1764), a Real Fábrica Veiga (1784) e a Real Fábrica de Simão Pereira da Silva (1788). As duas últimas foram edificadas em lados opostos da primeira e próximas a ela.

A Carpinteira, maior e mais caudalosa, apresenta mais de 3 km de percurso igualmente urbano, onde a água corre sempre a ladear ou atravessar edifícios fabris construídos durante mais de 350 anos. Entre estes, a Fábrica d'El-Rei é a mais antiga manufatura têxtil portuguesa, e a Campos Melo

e a Fábrica Estrela representam, entre dezenas de outras, o labor de industriais artífices transformados em fabricantes e empresários.

Foi ainda no século XVI, em 1572, que o cristão-novo eborense Duarte Nunes de Leão, desembargador do Tribunal da Corte, encetou a primeira reforma dos ofícios em Portugal. A actividade que, no reinado de D. Sebastião, estava mais desenvolvida era a dos *pannos*, fabricados em muitos locais do país, mas de forma artesanal ou oficinal.

Assim, foi criado o Regimento dos Panos, ou Regimento dos Trapeiros, mandado publicar em 1573 pelo rei (96 capítulos), o qual foi em 1690 reformulado por D. Pedro II, com onze capítulos acrescentados e também designado como Regimento dos Trapeiros¹.

Estes regulamentos foram fundamentais para a organização da produção em Portugal e dedicavam extrema atenção precisamente aos pisoeiros e à sua actividade, à importância da manufactura de tecidos. O promulgado por D. Pedro II visava mais directamente atacar as fraudes que aconteciam no âmbito dos processos tintureiros.



Claustro do convento de St.º António da Covilhã², fundado por frades capuchos. Em 1553 passou a ter uma oficina de buréis, que fabricava as roupas dos religiosos. Foi extinto em 1834. Também possuía uma biblioteca.

1. Dias, Luiz Fernando de Carvalho, in «Covilhã – Inquéritos à Indústria dos Lanifícios xxx-xxviii» (<https://covilhasubsidiosparasuahistoria.blogspot.com/2014/12/covilha-inqueritos-industria-dos.html?m=1>).

2. Fotografia de Rodrigo Monteiro Marques.

Nesta altura já a Covilhã dispunha de muitos moradores dedicados aos lanifícios.

«Assim o dá a entender o *regimento dos trapeiros* de 1573. Foi n'este tempo que se começaram a manufacturar as baetas, picotes, guardaletes e pannos de cordão, embora os portuguezes uzassem em larga escala os pannos da Flandres, Allemanha, França, Inglaterra, importação que datava já de antigos tempos.»³

Entre os séculos XVII e XIX muitas foram as famílias covilhanenses que ajudaram a lançar a indústria em Portugal. Este livro pretende ser uma homenagem ao seu legado: Fróis, Nunes, Sinel, Henriques Ferreira, Henriques de Castro, Raposo, Mendes Veiga, Campos Melo, Geraldês, Nunes de Sousa, Estrela, Cruzes, Ranito, Catalão, Henriques da Silva, Pereira da Silva, Pessoa de Amorim, Alçada, Mouzaco, Gomes Correia, são algumas das principais. Destas vinte, pelo menos dezasseis são de origem cristã-nova.

As raízes de grande parte destas famílias desenvolveram-se no início por via de casamentos entre covilhanenses e pessoas oriundas de muitas vilas da Beira Interior: Fundão (emancipado da Covilhã só em 1747), Belmonte, Cedóvim, Sabugal, Monsanto, Castelo Branco, Melo, Idanha-a-Nova, Penamacor, Guarda, Vila Nova de Foz Côa e Castelo Rodrigo. Todos estes centros urbanos tinham em comum o facto de serem sedes de município e ancorarem comunidades cristãs-novas que, em geral, integravam pessoas muito mais abertas a funções de trabalho comercial ou oficinal e não agrícola.

Esta publicação pretende ser um contributo para o conhecimento da história da indústria em Portugal, lançando, porém, um olhar novo sobre a dinâmica de muitos portugueses que criaram enquanto eram perseguidos e o muito conhecimento inovador adquirido que foi modernizando finalmente o país.

Tentaremos demonstrar que, durante os primeiros dois séculos e meio do projecto de modernização produtiva nacional, houve uma situação única, acontecida no primeiro verdadeiro centro industrial português, em que o crescimento económico se verificou durante o período áureo de vários dos mais graves conflitos que dilaceraram a sociedade portuguesa:

3. Esteves Pereira, João Manuel, *A Indústria Portuguesa (Séculos XII a XIX)*, Lisboa, Empresa do Occidente, 1900, p. 26.

- reis e governos a partilharem investimentos estatais com cristãos-novos e criptojudeus enquanto a Inquisição os perseguia, martirizava e expropriava;
- um período de invasões francesas que muito fizeram para destruir uma actividade já industrial;
- uma guerra civil dramática e mortífera entre liberais e absolutistas que colocou de novo os descendentes dos cristãos-novos em barricadas opostas às dos cristãos-velhos.

Contudo, a âncora principal deste livro é a apresentação daquela que foi a primeira unidade industrial portuguesa: a Fábrica d’El-Rei ou Fábrica Nacional de Sarjas e Baetas, apelidada de Fábrica Velha um século depois, após a abertura da Real Fábrica do Marquês de Pombal.

Em nove fases conheceremos mais a fundo a vida, as relações familiares e o trabalho lançado pelos artistas/inovadores da lã e iremos ver como uma maioria esmagadora de cristãos-novos e seus descendentes deixaram um legado pungente que se repercutiu também na diáspora.

Registaremos as outras três fábricas reais criadas na ribeira da Goldra e que permitiram que a Covilhã seja a única cidade portuguesa e uma das poucas na Europa (talvez mesmo também a única) que viu edificar quatro fábricas de estatuto real dentro do centro urbano: para além da citada Fábrica d’El-Rei, a Real Fábrica de Panos do Marquês de Pombal, a Real Fábrica Veiga e a Fábrica Real de Simão Pereira da Silva.

No decorrer do texto, encontraremos uma realidade original na Europa que é representada pelo facto de membros de uma comunidade cristã-nova/judaica terem liderado o desenvolvimento da actividade têxtil laneira durante mais de dois séculos. No território peninsular sefardita é curioso analisar que nem na história milenar do Al-Andalus ou de Espanha esse facto teve repetição ou antecipação. Apenas na Polónia do século XIX se virá a encontrar algum paralelismo, se não considerarmos as acções mais inconsequentes verificadas anteriormente em cidades do Império Otomano e que também foram promovidas por sefarditas peninsulares. Fica aqui o registo, com provas documentais, que em mais nenhum país encontraremos.

«Desde o século XII, a Covilhã acolheu a maior e mais importante comunidade judaica da região da Serra da Estrela e uma das maiores e mais expressivas de Portugal. No final do século XV tinha pelo menos três núcleos judeus.»⁴

4. Tavares, Maria José Ferro, *Los Judíos en Portugal*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992, p. 154.

Esta comunidade tinha crescido muito entre 1391 e 1496, período de ferozes perseguições e conversões forçadas acontecidas nos reinos de Castela e de Aragão. Nessa última data, quando se verificou o decreto de expulsão de D. Manuel I, as estimativas apontam para cerca de 500 habitantes hebreus (100 famílias) na Covilhã. Os judeus haviam também já sido banidos de Inglaterra (1290, com regresso autorizado no século xvii), França (1394), e de muitas cidades alemãs (em 1470).

Terá sido no período quatrocentista que se começaram a instalar nas ribeiras da cidade as primeiras oficinas destinadas à lavagem das lãs, à tinturagem dos tecidos e ao seu acabamento. O próprio foral de D. Manuel I, de 1510, isenta de «portagem» a circulação de panos ou fio que vão transformar-se fora da vila.

Quanto à investigação levada a cabo para garantir às descrições presentes o rigor necessário, deparámo-nos com situações muito complexas, principalmente no que concerne aos levantamentos genealógicos de muitas das dezenas de personalidades aqui tratadas. Os ancestrais hábitos sefarditas promoviam a repetição de nomes em várias gerações, e tal acontecia não só na Covilhã como em Portugal e nos centros da diáspora.

Referimos dois casos exemplares: o nome Jorge Fróis, com ou sem o Nunes agregado, acontece em pelo menos cinco pessoas de ramos familiares próximos e por vezes distantes. Os António Pessoa de Amorim aparecem em meados do século xviii e repetem-se entre tios, filhos ou sobrinhos até ao século xx. É fácil concluir que todos os factos apresentados requereram uma cuidada atenção por forma a indexar correctamente todos os dados.

Conheceremos igualmente factos sobre a importância histórica dos lanifícios que, entre os séculos xvii e xix, eram a indústria que vestia as populações e aquela a que todos os países dedicavam, por isso, a maior importância. Apesar de referências exaustivas à maioria dos mais importantes empresários e fábricas criadas nesse período, esta investigação não cobre a totalidade dos mesmos. Para um conhecimento total aconselhamos a consulta das obras da Prof.^a Dr.^a Elisa Calado Pinheiro.

Para quem gosta de história, economia e geografia, de ciência e genealogia, esta é uma descrição que comporta vários factos pouco discutidos, mas enriquecedores do conhecimento sobre Portugal e o mundo globalizado que então se edificava.

Ela é mesmo uma história de criação empreendedora que envolve espões, governantes, embaixadores, iluminados, maçons, criptojudeus e cristãos-novos, denúncias e Inquisição. Por outro lado, também mercantilismo e economia, diáspora, batalhas e fanatismo religioso.

Finalmente, será importante que este livro desperte o interesse para um desafio que conduza a mais investigação histórica, principalmente de vestígios arqueológicos de tinturarias, pisões e outras unidades, cujo estudo possa demonstrar o que foi a génese da indústria em Portugal e quem a levou a cabo. Proponho, assim, que este seja visto como um ponto de partida e não como um trabalho fechado.

Jorge Patrão, 2023

O autor escreve segundo a grafia antiga.

CAPÍTULO I

O Nascimento da Fábrica d'El-Rei e a Contestação Inglesa à sua Criação



Covilhã, zona da ribeira da Carpinteira¹.

1. Fotografia de Rodrigo Monteiro Marques.

Na ribeira da Carpinteira

A Fábrica d'El-Rei (Fábrica Nacional de Sarjas e Baetas, 1677) e o conde da Ericeira

A Fábrica d'El-Rei ou Fábrica Nacional de Sarjas e Baetas (e, mais tarde, Fábrica Velha) foi criada em 1677 e teria a primeira fase já concluída em 1678, dando assim início a uma nova realidade produtiva que não existia em Portugal. Três contratadores privados assinaram com o reino uma parceria/colaboração para esse efeito: André Nunes, 44 anos, da Covilhã, o mais velho, Luís Romão Sinel, 37 anos, de Lisboa, e Jorge Fróis, 32 anos, também da Covilhã. Os dois covilhanenses eram cristãos-novos e integravam uma comunidade urbana que, já no tempo dos judeus (até fins do século xv), era das mais numerosas e influentes em Portugal. Esta aliança com o reino terá decorrido na sua primeira fase, entre 1677 e pelo menos até 1703-04, e significa o aparecimento da manufatura pioneira têxtil portuguesa e da primeira parceria público-privada nacional.



O edifício da tinturaria da Fábrica d'El-Rei, em primeiro plano, existiu como aqui se mostra até ao fim do século xx. As construções adossadas atrás, em granito, correspondiam às casas das fornalhas e das caldeiras para aquecimento da água que seguia canalizada para a tinturaria. Em segundo plano, a Fábrica Campos Melo, sua sucessora².

2. Imagem de Museu de Lanifícios da UBI.